



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Empresa: DMS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ EIRELI. Processo nº 11215/2024

Processo Licitatório: 6693/2024

Referente ao:

PREGÃO Nº: 038/2024

DATA DA ABERTURA: 14 de agosto de 2024

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço unitário, para REGISTRO DE PREÇO*, com observância as disposições contidas no Decreto Municipal 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 26/07/2024 e no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 27/07/2024, além de ficar disponível para download na plataforma BLL compras (<https://bll.org.br/>), PNCP, Portal da transparência e na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação foi feito pela empresa **DMS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ EIRELI**, recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via plataforma BLL Compras em 01 de agosto de 2024 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 11215/2024 (Flowdocs).

DO PEDIDO

A impugnante contesta a exigência de certificação de pureza e qualidade do café através do Selo ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café), argumentando que a exigência do Selo ABIC é ilegal, pois trata-se de uma certificação voluntária “feita por instituição privada, cujo sua adesão não é obrigatória, pois não deriva de ato normativo brasileiro, portanto, não podem ser exigidos nos editais de forma a limitar a participação e oferta de produtos que atendem integralmente as especificações do edital.” A impugnação cita que a Portaria SDA/MAPA nº 570/22 do Ministério da Agricultura permite outras formas de certificação, como laudos laboratoriais, que também garantem a qualidade do café.

Continua a empresa apontando que a exigência do Selo ABIC restringe injustamente a competitividade no processo licitatório, limitando a participação de outras empresas que possuem produtos de qualidade comprovada por meios alternativos. A empresa sustenta que tal exigência viola princípios básicos das licitações públicas, como a isonomia, a legalidade e a seleção da proposta mais vantajosa. Alega que “As exigências de Certificação junto a órgãos privados podem ser feitas, porém, não deverão servir para afastar licitantes que comprovem a qualidade do produto, uma vez que as certificações não são obrigatórias pela legislação brasileira e (...) podem ocorrer por laudos laboratoriais.”



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Aponta acórdãos relativos ao assunto, como o acórdão 1985/2018 – Plenário – Rel. Min. José Múcio Monteiro que trata de coibir a exigência do referido Selo, por se tratar de uma associação privada. Acórdão 1354/2010-1ª Câmara, TC-022.430/2009-1 no qual segundo o impugnante afirma que “o referido selo não é a única forma de garantir a compra de um café com boas características.” Acórdão 2019/2010-Plenário, TC-019.176/2010-4, a comprovação da qualidade do café, seja na fase da licitação ou durante a execução contratual, não precisa ser feita, necessariamente, por meio de laudo emitido por instituto especializado credenciado à ABIC, podendo a mesma ser aferida por intermédio de laboratório credenciado junto ao Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – Reblas, os quais estão habilitados a realizar ensaios em produtos sujeitos à Vigilância Sanitária.”

E por fim, solicita:

Que seja corrigida a redação, cujo a exigência seja precedidas de **e/ou** (Certificado ABIC e/ou Laudos Laboratoriais), laudo este emitido conforme as resoluções citadas nesta impugnação. Ou seja, laudos emitidos por laboratórios credenciados pela ANVISA ou acreditados pelo MAPA.

Não sendo este o entendimento de Vossa Senhoria, pedimos que remeta o processo devidamente instruído a instância superior, para julgamento e deferimento dos pedidos.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao setor solicitante, neste caso, a Divisão de Compras, para análise e pronunciamento, uma vez que a solicitação de impugnação refere-se à especificação de objeto constante em Termo de Referência elaborado pelo mesmo.

DA RESPOSTA DO SETOR SOLICITANTE

O processo foi enviado à Divisão de compras, para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta. Segue resposta abaixo:

“Após análise, julgo procedente a impugnação e sugiro a alteração na especificação do item (...).”

DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O processo foi encaminhado à Procuradoria Geral do Município para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta. Segue resposta:

“A empresa **DMS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ EIRELI** impugnou o edital n. 38/2024, cujo objeto é Pregão Eletrônico para registro de preços de gêneros alimentícios, especificamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

quanto à exigência do selo ABIC para o item café, conforme impugnação anexada no evento #1 pela Agente de Contratação.

A impugnação é tempestiva.

Alega a empresa, em síntese, que a adesão ao selo da ABIC é voluntária, e que tal exigência limita a oferta e a competição na licitação.

De outro giro, a qualidade do café industrializado deve seguir os padrões estabelecidos na **PORTARIA SDA Nº 570, DE 9 DE MAIO DE 2022**, conforme a própria empresa alega em sua impugnação.

A Divisão de Compras julgou procedente a impugnação, conforme se verifica no evento #2.

O item café deverá estar de acordo com a **PORTARIA SDA Nº 570, DE 9 DE MAIO DE 2022**, o que poderá ser atestada a amostra do produto a ser entregue, nos termos das cláusulas 15.4 e 15.5 do edital, opino pelo deferimento da impugnação, podendo a Administração rejeitar o produto de má qualidade.

Diante do exposto, opino pelo deferimento”

Com isso:

Considerando que essa Pregoeira/Agente de Contratação entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório;

Considerando o pedido de impugnação do Pregão Eletrônico nº 038/2024, apresentado pela empresa **DMS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ EIRELI**, por meio do processo nº 11215/2024;

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação entende que, qualquer empresa licitante e apta a participar da licitação, deve possuir igualdade de oportunidades entre todos os interessados, bem como, esta Prefeitura tem como objetivo buscar pela melhor proposta em estrita observância ao princípio da impessoalidade. Tal desejo objetiva garantir a transparência, a competitividade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

Considerando resposta pelo setor solicitante;

Considerando o deferimento pela Procuradoria Geral do Município da impugnação interposta;

Esta Pregoeira/Agente de Contratação opina em acatar a impugnação interposta, tendo como parâmetro de julgamento o informado pelo setor solicitante, informando que o processo será enviado ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Por fim, informo que cabe ao Pregoeiro o dever de cumprir o que lhe foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Art. 1º, III, da Lei Complementar nº 096/22.

DA DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira/Agente de Contratação, tendo como base o entendimento da Divisão de Compras, bem como, do parecer da Procuradoria Geral do Município, opina pelo deferimento do pedido de impugnação, feito pela empresa **DMS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ EIRELI**, razão pela que o Termo de Referência e Edital deverão ser corrigidos e o Pregão nº 038/2024 após os tramites necessários, remarcado com nova data e horário. Envio o processo ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação. Após dê publicidade, bem como, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, bem como publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, PNCP, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 08 de agosto de 2024.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira/Agente de Contratação